

# **A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

**Seonária Costa Santana**

Graduada em Pedagogia-FACE, Pós graduada em Gestão Pública e Sociedade-UFT; Pós Graduanda-IFBaiano; Alane Amorim Barbosa Dias, Pós-Graduanda - IFBaiano; Cleidson Santos de Jesus. Graduado – UFRB; [narinha.costa1@gmail.com](mailto:narinha.costa1@gmail.com); [alane.a@hotmail.com](mailto:alane.a@hotmail.com); [cleidson2010@gmail.com](mailto:cleidson2010@gmail.com); GT 13 – Desenvolvimento Territorial

## **RESUMO**

O presente trabalho visa uma reflexão acerca da participação da Sociedade Civil no Desenvolvimento Territorial. Neste contexto será apresentado a relação das entidades representativas em possibilitar a veiculação dos atores no processo de interação das ações que podem favorecer as discussões interligadas as políticas para o desenvolvimento territorial. Serão relatados os pontos que inviabilizam o desenvolvimento, já que este para acontecer se faz necessário o envolvimento dos atores marginalizados historicamente e que são fundamentais neste processo. Falar de Desenvolvimento Territorial sem abordar a trajetória dos movimentos sociais cujo papel é a mobilização social, que a cada dia se distancia e enfraquece a categoria, que por sua vez acabam não contribuindo com as ações que visam o desenvolvimento, que interagem em diferentes áreas do conhecimento. Desta forma promover e contribuir com o desenvolvimento territorial vai bem além de discussões, mas de uma grande oportunidade de possibilitar principalmente nos espaços rurais o acesso a diversas políticas públicas nos âmbitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

## **ABSTRACT**

This paper aims to reflect on the participation of Civil Society in Territorial Development. In this context it will be presented the relation of the representative entities in enabling the placement of the actors in the interaction process of the actions that can favor the interconnected discussions the policies for the territorial development. The points that impede development will be reported, since this to happen requires the involvement of the historically marginalized actors that are fundamental in this process. To speak of Territorial Development without addressing the trajectory of social movements whose role is social mobilization, which each day distances and weakens the category, which in turn end up not contributing to the actions aimed at development, which interact in different areas of the knowledge. In this way, promoting and contributing to territorial development goes well beyond discussions, but rather a great opportunity to make it possible in rural areas to have access to various public policies in the economic, social, cultural and environmental spheres.

## 1. INTRODUÇÃO

A política de Desenvolvimento Territorial na Bahia, nos últimos anos tem ganhado grande proporção, principalmente quando se trata de garantir acesso as políticas públicas para o meio rural. É uma ideologia aberta e integradora, que proporciona para o povo o pensar coletivo mesmo diante da diversidade. Falar de território, é refletir acerca dos erros e acertos gerados para o alcance de um propósito mútuo de vários povos na mesma região que assemelham características parecidas e comuns.

É através da discussão de território que a sociedade civil e poder público vem estabelecendo diálogos, que facilitam a identificação de mazelas que por sua vez podem vir a serem sanadas pelo poder público competente, e através da política de desenvolvimento territorial que renasce a esperança do povo ter voz e ser ouvido, ter vez e poder ser visto, mostrando que as suas potencialidades vai muito além de dados negativos constantes nas estatísticas.

No ano de 2003 iniciou-se o processo de conformação dos territórios rurais brasileiros, através da então Secretaria de Desenvolvimento Territorial inserida no Ministério de Desenvolvimento Agrário, desde então o acesso as políticas de integração e desenvolvimento territorial, como também a implantação de ações que puderam promover o fortalecimento de uma sociedade mais justa e igualitária. Ações essas que propuseram para a população a possibilidade de adquirirem uma melhor qualidade de vida seja na educação, saúde, no social e econômico, proporcionando assim uma realidade menos desumana.

Neste contexto, o presente artigo visa abordar dois pontos muito relevantes que envolvem o desenvolvimento territorial, o primeiro estrutura organizacional do colegiado territorial, que implica diretamente no seu funcionamento estratégico para conseguir acesso as políticas públicas sociais e o papel da sociedade civil no desenvolvimento territorial, este que é visto como principal fator para que o desenvolvimento de fato aconteça. Assim, este trabalho trará muitos resultados alcançados acerca das pesquisas realizadas pelo NEDET/UFRB (Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial), que através da Gestão Social realizada conseguiu alcançar várias respostas sobre a efetividade da política territorial no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá.

## **2. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO VALE JIQUIRIÇÁ E SUA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

O Desenvolvimento territorial vai muito além de uma discussão pontual de algumas representações institucionais, falar de território é saber que ele trata de um espaço democrático e participativo, é um dos caminhos a serem traçados sabiamente e que são viáveis na busca de alternativas para o desenvolvimento com mais participação social, equidade e sustentabilidade.

O desenvolvimento territorial busca construir um modelo de desenvolvimento maior, mais participativo e que protagonize os cidadãos, a partir das suas identidades culturais, vocacionais e de produções locais, que por sua vez não deve ser padronizado. Envolve os valores e os comportamentos dos participantes.

Segundo Tânia Zapata, 2015. A construção do desenvolvimento territorial busca contribuir também para uma nova forma de gestão pública, a partir dos municípios / microrregiões, pela presença da nova figura do gestor público, contrapondo-se à figura tradicional de prefeitos clientelistas e centralizadores. Esse novo gestor deve ser também animador / facilitador do desenvolvimento do território, ampliando os espaços de participação social.

Ela ainda afirma que o desenvolvimento territorial endógeno sustentável é uma temática que vem ganhando relevância no mundo atual, suscitando discussões, reflexões e novas práticas no processo de desenvolvimento em todo o mundo.

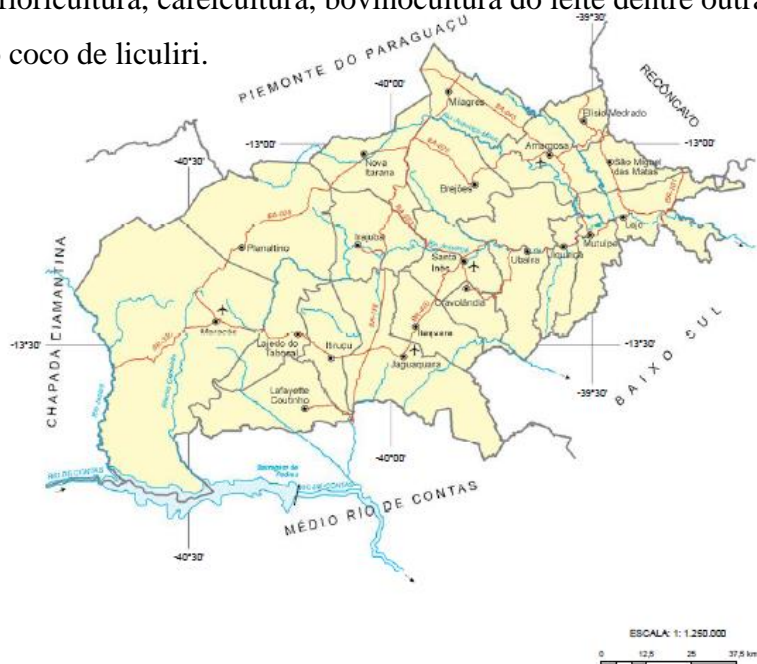
### **2.1 Desenvolvimento Territorial do Vale Jiquiriçá**

A Bahia possui 417 municípios, com uma diversidade incrível de biomas (Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Costeiro e Marinho), o que demonstra o tamanho das potencialidades e riquezas que o estado possui. Para acompanhar esta diversidade produtiva, cultural o governo utilizou a divisão territorial para acompanhar de perto a situação a qual a população vive, assim foi feito um agrupamento de municípios que possuem identidades culturais, geográficas, econômicas e sociais. Segundo a SEPLAN-2010, O território se define como a soma dos municípios e da diversidade que existem dentro dele, representado pelo coletivo, chamado de colegiado territorial. É neste espaço que surgiram as discussões em prol de algo comum e relevante a todos, desta maneira identifica-se os gargalos e obstáculos, discutem e juntos buscam as possíveis soluções para determinados problemas.

Território é um espaço socialmente organizado. Território significa espaço e fluxos. Ou seja, lugares e pessoas interagindo. Território significa uma identidade histórica e cultural. São fluxos econômicos, sociais, culturais, institucionais, políticos, humanos. São atores inteligentes organizados, que podem fazer pactos, planos, projetos coletivos. Tânia Zapata-2015.

É evidente que um território não consegue caminhar sozinho ou com participações individuais, criando-se ilhas dentro dele, um território se fortalece e consegue promover o desenvolvimento territorial, quando estes promovem o envolvimento dos atores da ponta, a participação daqueles que de fato sofrem as maiores dificuldades, e que realmente precisam ser visto, e ouvidos.

Desta maneira o Colegiado Territorial do Vale do Jiquiriçá, caracteriza-se por um território composto por 20 municípios (Brejões, Milagres, Amargosa, São Miguel, Elísio Medrado, Laje, Mutuípe, Jiquiriçá, Ubaíra, Santa Inês, Cravolândia, Itaquara, Jaguaquara, Itiruçu, Maracás, Planaltino, Irajuba, Nova Itarana, Lafaiete Coutinho, Lajedo do Tabocal), e está dividido por 3 (três) dos vários biomas existente na Bahia são eles Mata atlântica, Transição e Semiárido, muita riqueza em um único território que são interligados principalmente pelo Rio Jiquiriçá que corta quase todos os municípios aqui citados, tendo sua origem na cidade das Flores, Maracás Bahia. Ainda em sua descrição produtivas pode-se citar algumas cadeias produtivas predominantes no território a mandiocultura, cacauicultura, fruticultura, floricultura, cafeicultura, bovinocultura do leite dentre outras peculiares culturas como o coco de liculiri.



Fonte: SDT (2015).



- Cidade
- ✈ Terminal aéreo
- Rodovia
- Limite municipal
- Limite territorial
- Curso d'água
- Barragem

Figura1. Mapa do Território do Vale do Jiquiriçá (CGMA/SDT/MDA, março de 2015).



O território com sua imensa diversificação cultural abraça uma grande população rural, isso porque os seus 20 municípios, são visivelmente rural, tendo a sua fonte de renda advindo deste meio, e ainda retratam em sua maioria características físicas e culturais de culturas africanas, o que demonstram vestígios fortes da predominâncias quilombolas por alguns dos seus municípios, como Laje, Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, mas até então foram reconhecidos pela Fundação Palmares e a Secretaria de Promoção e Igualdade Racial apenas 2 (duas) comunidades quilombolas uma em Jaguaquara (Lindolfo Porto) e outra em Planaltino ( ), que por sua vez necessita e muito de apoio governamental para conseguirem alcançarem seus direitos quilombolas.

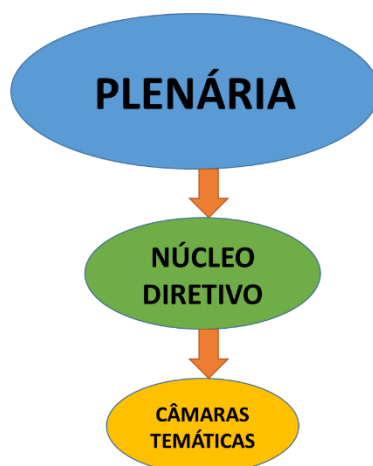
## **2.2 Estrutura Organizacional do Colegiado Territorial**

Partindo da definição estabelecida pelo Regimento Interno do Vale do Jiquiriçá, baseado na Lei 13.214/2014, o colegiado territorial é um espaço de participação, discussão, proposição, deliberação, gestão e controle social das políticas públicas de Desenvolvimento Territorial e solidário para os 20 municípios que compõe o território. Os principais objetivos constantes no Regimento Interno-2015 do COTEVAJ são:

- ✓ Fomentar o Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território através do apoio a organização e ao fortalecimento institucional dos atores sociais locais;
- ✓ Promover a gestão participativa e o controle social das políticas de desenvolvimento sustentável no território e o fortalecimento das políticas públicas;
- ✓ Articular, apoiar e participar no âmbito territorial das ações que visem à redução das desigualdades resultantes das questões de gênero, raça, etnia, faixa etária e grupos de minoria no espaço do Território;

Para cumprir os objetivos estabelecidos acima citados o Colegiado se organizou estruturalmente da seguinte forma Plenária, Núcleo Diretivo, Núcleo Técnico e Câmaras Técnicas. Segundo o Artigo 6º do Regimento Interno do COTEVAJ, “a Plenária é o órgão colegiado superior, composta por representações das instituições do Poder Público e da Sociedade Civil, dentre aquelas referidas no artigo primeiro, comprometidas com o Desenvolvimento Territorial Sustentável”. Núcleo Diretivo será composto por 8 membros, sendo 04 (quatro) titulares e 04 (quatro) suplentes das entidades integrantes no Colegiado.

**Art. 11º** – As Câmaras Temáticas são constituídas para auxiliar o Colegiado em debates de temas específicos ou abrangentes do processo de desenvolvimento. Esta constituição é feita observando a participação de cada município que compõe o Território (Câmara de Agricultura, Câmara de Meio Ambiente, Câmara da Juventude, Câmara da Educação, Câmara de Cultura, Câmara da Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, Câmara de Mulheres).



**Figura 2:** Estrutura organizacional do COTEVAJ  
**Fonte:** Seonária Costa

Observando a estrutura organizacional do território vale do jiquiriçá, seria fácil a execução e realização dos objetivos os quais são citados no Regimento interno, porém nada é possível se as entidades dos poderes públicos e sociedades civil não estiverem integrados nesta causa. Descarta-se como atores principais os representantes da sociedade civil, que evidencia que sem a sua participação, contribuição e cobrança fica impossível conseguir obter o desenvolvimento territorial.

### **3. SOCIEDADE CIVIL E SEUS NÍVEIS DE ORGANIZAÇÃO**

A sociedade civil como são conhecidas os agricultores familiares, produtores rurais, quilombolas, assentados, indígenas dentre outros, formam a população que integram o território, com suas diversidades culturais, produtivas e sociais. Cada um deste tem sua parcela de contribuição para o desenvolvimento local e logo territorial, no entanto muitos encontram-se marginalizados e desprovidos de informações e de conhecimentos sobre os direitos que lhe cabe, o que impossibilitam que eles tenham acesso as diversas políticas públicas e programas sociais que são criados e direcionadas para este público, mas que por

alguma razão não conseguem ser efetivo em suas ações, a ponto de fazer valer como rezam em sua maioria, os objetivos.

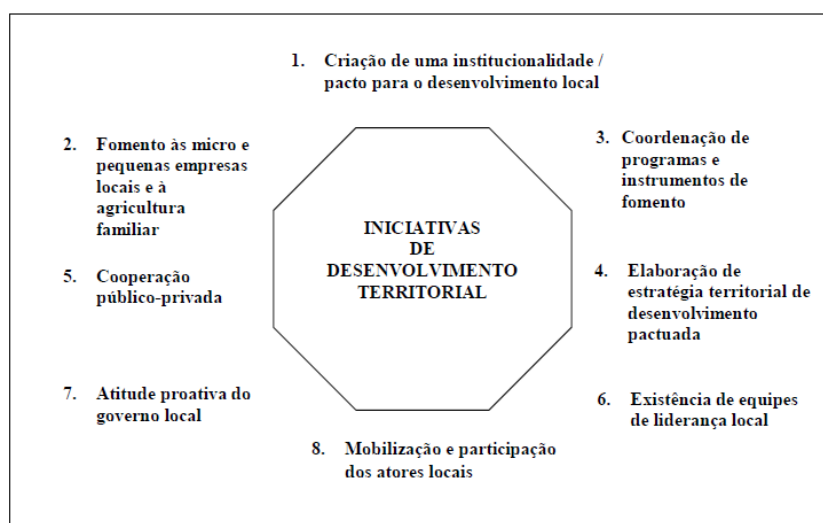
Como forma organizacional destas categorias, podemos citar os Sindicatos, Associações, Conselhos, Federações todos com intuito de representar cada uma e assegurar-lhe seus direitos. Os Sindicatos dos Trabalhadores (as) Rurais por exemplo, em sua histórica existência foi criado para representar os trabalhadores e trabalhadoras rurais de cada município, por sua vez depara-se com algumas situações que contradizem sua missão. Podemos perceber que muitos sindicatos hoje resume-se apenas a realizar atividades vinculadas a previdência social (auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria rural..), deixando de lado outras ações que poderiam propor o fortalecimento da comunidade como ações sociais para o protagonismo feminino e juvenil, e êxodo rural, Assistência Técnica para auxiliar na produção rural. Por não conhecer seus direitos o associados permitem a continuação de vínculos viciosos do patronato, em sua maioria eles não sabe para que de fato serve sua entidade de classe, que a atuação dela vai além das ligadas a previdência social.

Quando tratamos de associações, é perceptível que o grande número existentes, foram criados com fins políticos, o que levou a sua maioria a decadência. São poucas as associações que funcionam da maneira eficiente ou razoável, e onde isso acontece percebemos que o nível de organização e participação é muito maior, o que proporciona, maior acesso às informações, ações sociais, políticas públicas para o meio rural como é o caso do Programa Nacional da Agricultura Familiar-Pronaf, Declaração de Aptidão ao Pronaf-DAP, Crédito Rural, Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar-Pnae, Programa Nacional de Habitação Rural-PNHR, dentre vários outros existentes mas que só podem chegar aos atores da ponta se estes, possuem o mínimo de organização social.

Não adianta criar diversas associações e cooperativas se a comunidade não tiverem inseridas no processo de construção e visando um objetivo único, não adianta pensar em avançar se não estiver incorporado o que é trabalho em grupo? O que é o coletivo? Ou o associativismo? Ou a cooperação. São essas as maiores dificuldades encontradas para se promover o desenvolvimento territorial, pois os atores principais não estão inseridos e integrados com a causa, ou não possuem acesso as informações, ou não tem recurso financeiro para participar das ações. E é aí que suas entidades representativa deveriam sobressair, fazendo esta veiculação, proporcionando o acesso para os seus associados ou não. As entidades precisam estar nestes espaços, para ocupa-los, ser vistos e ouvidos e assim poder expor seus anseios e lutar por aquilo que lhe é de direito. A Organização social, por

sua vez é de extrema importância neste cenário político institucional, que envolve as discussões acerca a Política de Desenvolvimento Social. É a forma utilizada para estabelecer o diálogo entre os Poderes Públicos e Sociedade civil, numa dinâmica totalmente participativa.

Por fim, o desenvolvimento só irá acontecer quando envolver todos os atores necessário para o avanço territorial. É preciso envolver para desenvolver.



Representação das iniciativas de desenvolvimento territorial

Fonte: Tânia Zapata

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se faz necessário uma expansão do entendimento de cada setor envolvido ou que pelo menos deveriam estar envolvido na discussão de desenvolvimento territorial. A organização social como fator preponderante nesta ação, protagonizando seus representados numa luta constante pelos seus direitos, e isso só se consegue envolvendo a todos para buscar seus direitos através das políticas públicas, ocupando os espaços, mostrando seus valores e potenciais por muitas vezes esquecidos.

Desta maneira é possível conseguir grandes avanços e principalmente grandes conquistas, estando estes discutindo, brigando, reconhecendo sua identidade dentro do colegiado. Assim fortalece o território e podemos mostrar o quão grande é a força de um povo organizados e unidos em prol de um bem comum, o Desenvolvimento Territorial.



## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ZAPATA, Tania et alii: **Gestão Participativa para o Desenvolvimento Local**. Recife. BNDES/PNUD. 2000.

SEPLAN, **Política de Desenvolvimento Territorial**. BAHIA, 2010.

COTEVAJ, **Regimento Interno do Colegiado Territorial**. 2015.

**Lei Nº 13214 DE 29/12/2014**

AMARTYA SEM, **Desenvolvimento com Liberdade**. Cia de bolso. 2015

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. AATR-BA,2002.

CHAVES, Daniela Freitas. PINTO, Iléia Maria de Jesus. **Economia solidária como alternativa de desenvolvimento**. T & C Amazônia: 2007.

DIONNE, Hugues. **A pesquisa-ação para o desenvolvimento local**. Tradução MichellThiollent. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

GIL. Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OCB. **Panorama do cooperativismo brasileiro**. Disponível em: <[http://www.ocb.org.br/gerenciador/ba/arquivos/panorama\\_do\\_cooperativismo\\_brasileiro\\_\\_2011.pdf](http://www.ocb.org.br/gerenciador/ba/arquivos/panorama_do_cooperativismo_brasileiro__2011.pdf)> Acesso em: 03/10/2015.

**MDA: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília. 2005.**

FREIRE, Paulo: *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo: *Extensão ou Comunicação?* São Paulo: Paz e Terra, 1985.